



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6947 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

HÁ LIMITES PARA A PARTICIPAÇÃO? NEGOCIAÇÕES E TENSIONAMENTOS EM UMA EXPERIÊNCIA DE AUTOAVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tassio José da Silva - UNESP - CAMPUS RIO CLARO

Regiane Helena Bertagna - UNESP - CAMPUS RIO CLARO

HÁ LIMITES PARA A PARTICIPAÇÃO? NEGOCIAÇÃO E TENSIONAMENTOS EM UMA EXPERIÊNCIA DE AUTOAVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A autoavaliação institucional participativa tem se constituído como uma possibilidade contra-hegemônica de avaliação da qualidade, frente às propostas de responsabilização unilateral em voga nas políticas educacionais no Brasil, expressas, principalmente, por meio das avaliações externas. Nesse contexto, esta pesquisa de doutorado em desenvolvimento objetiva problematizar as concepções de qualidade da Educação Infantil a partir de um processo de autoavaliação institucional participativa na rede municipal da cidade de São Paulo, com base no documento *Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista*, vigente como política pública de avaliação, desde 2013. Interessa-nos, nesta exposição, discutir as dimensões da participação desta experiência, assumindo como pressuposto basilar o fato de que, inevitavelmente, a proposição de uma autoavaliação se configura como uma dinâmica permeada por negociações multilaterais e multidimensionais.

Os *Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista* foram elaborados tendo como entendimento a noção de que, sob um viés qualitativo, a consolidação do trabalho pedagógico para a primeira infância ocorre pela construção, participação e negociação por parte de todo o coletivo das unidades educacionais: os professores e as professoras, os gestores, as gestoras, os pais e as mães, e, também, as próprias crianças. Logo, como política pública, esses indicadores oferecem elementos que podem auxiliar a efetivação de uma cultura participativa e democrática em creches e pré-escolas.

As perspectivas teóricas que conduzirão estas reflexões se inserem no campo das políticas públicas, qualidade e avaliação da Educação Infantil (SOUSA, 2014; BERTAGNA; SORDI, 2016), por compreender que esse debate coloca em cena diferentes tensões em torno dos processos avaliativos, bem como as concepções que devem orientar as propostas pedagógicas para a primeira infância. A relevância de pensar as políticas públicas que problematizam a qualidade da Educação Infantil, tal como propomos, se expressa, também, pela oportunidade de analisarmos esse processo pela via dos sujeitos que compartilham a educação e o cuidado das crianças pequenas, no seu *lócus* de trabalho, diferentemente das políticas de avaliação em larga escala, pois estas dão materialidade à determinada concepção de qualidade educacional que, divulgada ostensivamente pela mídia, ajudam a legitimar a lógica meritocrática, competitiva e ranqueadora.

Esta pesquisa se desenvolveu em um Centro de Educação Infantil Direto da cidade de São Paulo, que atende crianças de zero a três anos. Metodologicamente apoia-se numa abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de uma pesquisa etnográfica (GEERTZ, 2008) que possibilitou uma imersão na realidade investigada e nas relações multimodais tecidas e efetivadas pelos diferentes sujeitos que compõem o cotidiano educativo. As análises aqui, elaboradas orientadas pelo método da análise do conteúdo (BARDIN, 2011), advêm de diversos instrumentos de coletas de dados, tais como: observações do cotidiano da unidade educacional e dos momentos de autoavaliação, entrevistas com as profissionais da unidade, bem como as interações realizadas com os familiares de bebês e crianças.

Dados os limites deste texto, discutiremos, à luz do referencial teórico adotado, as dimensões da participação que emergiram na análise dos dados (BORDENAVE, 1994), isto porque esta categoria se configura como eixo central, principalmente, pelos tensionamentos e negociações que se derivam da avaliação institucional participativa. Contextualmente, a instituição tomada como referência para este trabalho empírico se caracteriza pela forte presença das famílias nos processos decisórios, ou seja, elas tomam parte e se apropriam dos aspectos que envolvem o cuidado e educação de bebês e crianças. Essa realidade nos parece fundamental e instigante para análise, especialmente, porque a literatura que trata das experiências de autoavaliação destaca a baixa participação das famílias e comunidade educativa nesse processo (DALBEN, 2010).

A triangulação dos dados provenientes desta pesquisa evidencia que a intensa participação das famílias nos espaços de decisão que envolvem os órgãos deliberativos (Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres) e nos momentos de autoavaliação foi, ao longo dos anos, qualificada e potencializada, todavia fortemente alicerçada pela fricção de poderes entre o instituído e o instituinte (CASTORIADIS, 1975). O desenvolvimento da experiência de autoavaliação promoveu

[...] um super empoderamento das famílias, isso trouxe incômodo, mas não porque as famílias estavam empoderadas, mas porque alguns profissionais deixaram de dizer, porque as famílias falavam, as famílias encaminhavam, as famílias decidiam, e alguns funcionários não se posicionavam [...]
(PROFISSIONAL DA GESTÃO, 2019).

Essa afirmação ecoa num outro tipo de discurso evidenciado por diferentes profissionais da unidade, que apontam para os limites da ocorrência dessa participação, corroborando a ideia de que, em alguns momentos, essa dinâmica é incentivada e, em outros, rechaçada. Esse campo de forças caracterizado pela tensão e mudança, que marca o conceito de instituinte para Castoriadis (1975), está presente nessa realidade e se constitui como uma característica recorrente nas experiências de autoavaliação (RIBEIRO, 2010). No entanto, é importante destacar que a categoria da negociação (SORDI, 2012) tem garantido, nesse contexto, um pacto de qualidade que atravessa o cotidiano da instituição identificado, principalmente, pelo discurso de que esta unidade desenvolve um trabalho de qualidade.

“Centro de Educação Infantil modelo”, “trabalho diferenciado”, “boa fama”, “estou triste que meu filho sairá desta escola” são expressões proferidas por diferentes segmentos que revelam uma determinada noção de qualidade construída e resistida por esse grupo que, a despeito das forças em jogo, das alterações da equipe gestora, da reconfiguração do quadro de professoras, bem como das contradições discursivas a respeito da dimensão participativa e de quem está autorizado a participar busca construir um trabalho pedagógico apoiado nos princípios da formação humana e integral de bebês e crianças que ali vivenciam suas infâncias.

Palavras-chave: Educação Infantil. Avaliação Institucional Participativa. Qualidade.

Participação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BERTAGNA, R. H.; SORDI, M. R. L. de. Avaliação educacional: um campo em movimento e disputa. **Cad. CEDES**, v. 36, n. 99, Campinas, maio/ago., 2016.

BORDENAVE, J.E. **O que é participação**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DALBEN, Adilson. Avaliação institucional na escola de educação básica: uma aproximação orientada pelos princípios da participação. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 20, n. 35, p. 133-146, jul./dez. 2010. Disponível em: . Acesso em: 12 mar. 2018.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

RIBEIRO, B. **A qualidade na Educação Infantil**: uma experiência de autoavaliação em creches da cidade de São Paulo. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: . Acesso em: 20 mai. 2019.

SORDI, M. R. L. DE. Implicações ético epistemológicas da negociação nos processos de avaliação institucional participativa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 485-510, abr.-jun. 2012.

SOUSA, S. Z. Avaliação da educação infantil: propostas em debate no Brasil. **Interações**, Lisboa, v. 10, n. 32, p. 68-88, 2014. Disponível em:
<<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/6349>>. Acesso em: 29 nov. 2017.